



MUNICÍPIO DA NAZARÉ - CÂMARA MUNICIPAL

**CÓPIA DE PARTE DA MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DA NAZARÉ, DE VINTE E OITO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE**

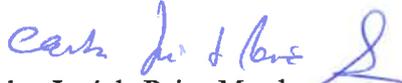
***“429/2020 - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CIRCULAÇÃO DE
VEÍCULOS AFETOS À ATIVIDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA – TÉRMINUS DO
PERÍODO DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS***

*Para apreciação e votação do Órgão Executivo, foi presente informação n.265/DAF-GJ/2020,
datado de 2020.07.23, sobre o assunto acima referido, que faz parte da pasta de documentos
da reunião e se dá por transcrita. -----*

*Deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para aprovação
final, nos termos da informação técnica da Divisão Administrativa e Financeira. ”-----*
ESTÁ CONFORME,

Nazaré, 06 de agosto de 2020

O Coordenador Técnico


Carlos José de Paiva Mendes



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE JURÍDICO

A Chefe de Divisão da DAF

Helena Pola, Dra.

ASSUNTO: Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística – Términus do período de Audiência dos Interessados	INFORMAÇÃO N.º	265/DAF-GJ/2020
	NIPG	6693/20
	DATA:	2020/07/23

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em 20/07/2020, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para a aprovação final, nos termos da informação técnica da DAF.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

429

Presidente da Câmara Municipal da Nazaré:

À Reunião
23-07-2020

Walter Chicharro

PROPOSTA DE DECISÃO:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Concordo com o exposto.
À consideração superior,
23-07-2020

A Chefe de Divisão da DAF

Helena Pola, Dra.

Exma. Sra. Chefe da DAF,
Dra. Helena Pola.

O Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística, aprovado em reunião de Câmara realizada em 04.05.2020, foi submetido a audiência



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE JURÍDICO

dos interessados, nos termos do disposto no artigo 100º do novo CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º4/2015, de 7 de janeiro, por um período de 30 dias.

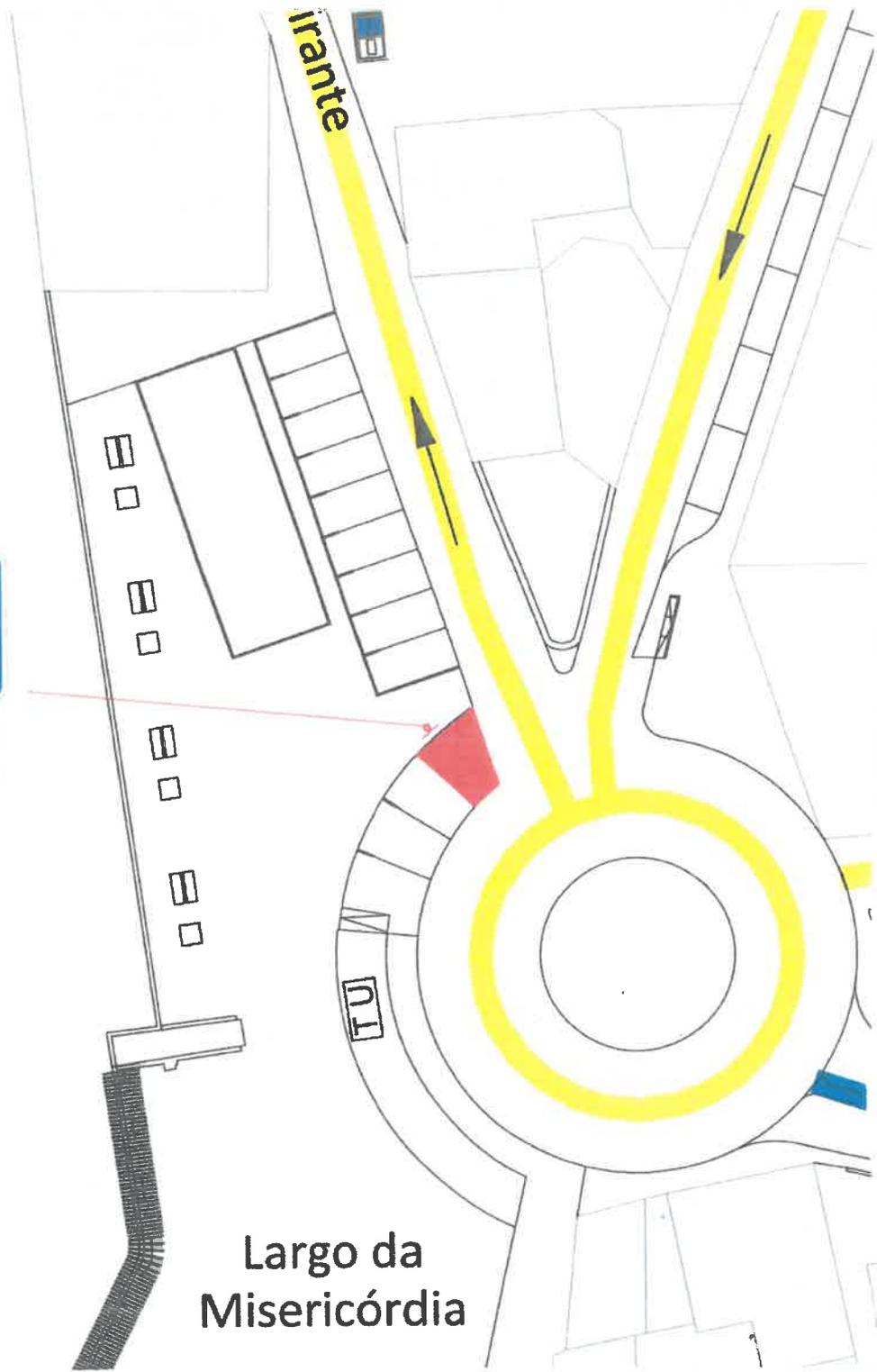
Esgotado o prazo, não foram rececionados quaisquer contributos ou propostas que levem à alteração do teor da proposta apresentada em sede de reunião camarária.

Face ao exposto, deverá a proposta de regulamento e respetivos anexos, se for esse o entendimento de V. Exa., ser encaminhado para a próxima reunião de câmara e posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 33º e alínea g) do n.º1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

À consideração superior,

O Técnico Superior
Jurista
23-07-2020

Ricardo Caneco

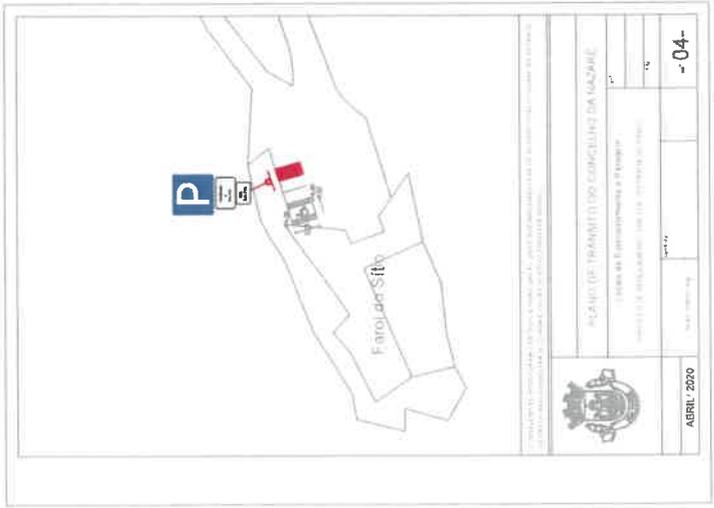
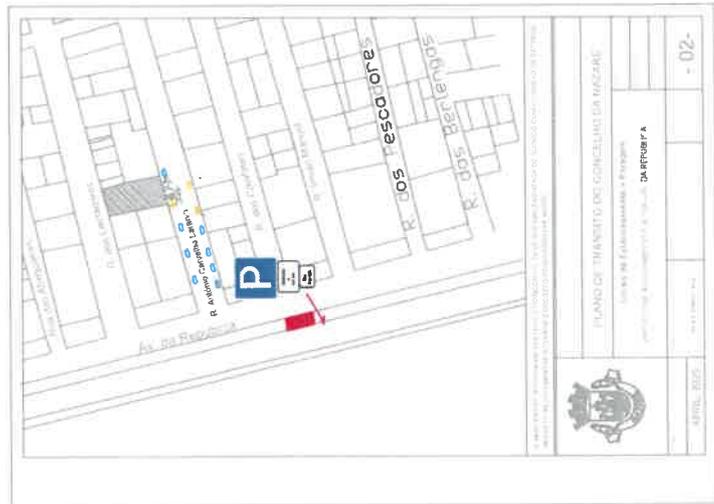
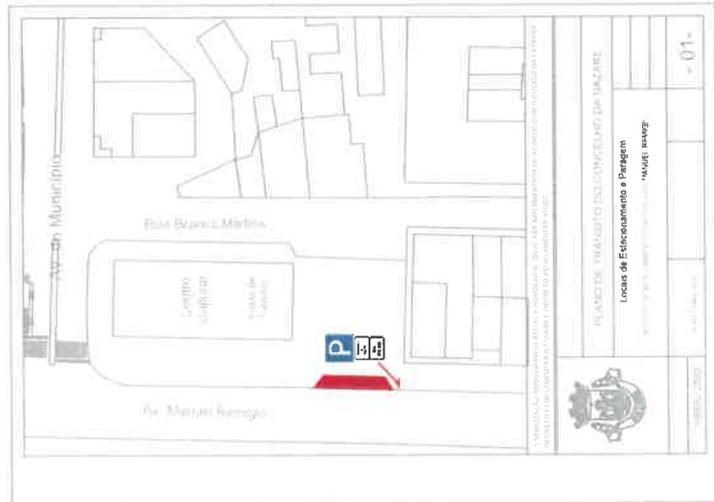


Largo da Misericórdia



PLANO DE TRÁFICO DO COMÉRCIO DA NAZARÉ

Localidade de Nazaré, Município de Nazaré





Av. Vieira Guimarães nº54
2450-951 Nazaré

Nome

Morada

Código postal

Cartão de Cidadão

NIF

Validade

Matrícula

Referência

Este dístico deverá ser recortado e colocado no interior do veículo, no canto inferior direito do pára-brisas, conforme obrigação legal (Portaria N.º 56/95 de 25 de Janeiro)

Recorte pelo picotado

TAXA MUNICIPAL

VEÍCULO AUTORIZADO A ESTACIONAMENTO
E PARAGEM NOS LOCAIS ADEQUADOS

IMMENSIDADE	12-34-AB
FUNDAÇÃO Nº	567890
VÁLIDO DE	20.05.2020
À	20.05.2021



Câmara Municipal da Nazaré
Av. Vieira Guimarães nº54 | 2450-951 Nazaré

tel : +351 262 550 010 · fax : +351 262 550 019 · e-mail : geral@cm-nazare.pt



Av. Vieira Guimarães nº54
2450-951 Nazaré

Nome

Morada

Código postal

Cartão de Cidadão NIF

Validade

Matrícula

Referência



Este dístico deverá ser recortado e colocado no interior do veículo, no canto inferior direito do pára-brisas, conforme obrigação legal (Portaria N.º 56/95 de 25 de Janeiro)

Recorte pelo picotado

 NAZARÉ
TAXA MUNICIPAL

VEÍCULO AUTORIZADO A ESTACIONAMENTO
E PARAGEM NOS LOCAIS ADEQUADOS

MATRÍCULA 12-34-AB

ALVARÁ Nº 567890

VÁLIDO DE 20.05.2020
A: 20.05.2021



Câmara Municipal da Nazaré
Av. Vieira Guimarães nº54 | 2450-951 Nazaré

tel : +351 262 550 010 · fax : +351 262 550 019 · e-mail : geral@cm-nazare.pt





ATA N.º 9/2020

REUNIÃO DE 2020/05/04



ATA N.º 09/2020

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte, nesta Vila de Nazaré, através de videoconferência, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência do Senhor Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Presidente da Câmara, estando presentes os Senhores Vereadores, Manuel António Águeda Sequeira, Alberto Madail da Silva Belo, Regina Margarida Amada Piedade Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues, António Gordinho Trindade e Salvador Portugal Formiga. -----

A reunião foi secretariada pela Técnica Superior Olinda Amélia David Lourenço. -----

Pelas dez horas, e vinte minutos o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente declarou aberta a Reunião de Câmara, efetuada por videoconferência, prestando ao Órgão Executivo Municipal os seguintes esclarecimentos: -----

- que nesta data estamos perante um desafio que importa de todo acautelar com a colaboração de todos os cidadãos, deixando desde já o apelo para o melhor comportamento e recetividade de todas as pessoas na utilização das regras necessárias emanadas pelas autoridades competentes e governo, que se revestem da maior importância para ultrapassarmos mais rapidamente esta pandemia, até obtermos uma cura ou uma vacina; que o distanciamento social e o uso de máscara e demais cuidados absolutamente necessários e fundamentais, são medidas a respeitar obrigatoriamente, designadamente nos transportes públicos, atendimento presencial nos serviços camarários com interação presencial de munícipes, e até na praia, onde irão ser definidas um conjunto de orientações para o efeito; -----

- que hoje os funcionários dos serviços municipais, que desenvolveram as suas funções neste período de emergência, em teletrabalho, já estão a regressar às instalações municipais, com a adoção de horários desfasados, para permitir um maior distanciamento entre todos; -----

- que é sua intenção proceder à abertura dos serviços municipais ao atendimento público no próximo dia 11, com marcação prévia, salvaguardando-se assim a segurança exigida neste período de pandemia, e evitando-se ajuntamentos de cidadãos nos mais variados setores da Câmara, sendo certo que não é nada fácil separar funcionários de utentes; -----

- que amanhã abrirá o balcão de atendimento dos serviços municipalizados para pagamento de água e afins, bem como iniciarão a sua atividade os transportes urbanos e o ascensor; que é efetivamente verdade que se a saúde é um bem supremo para todos, não deixa porém de reconhecer que a vertente da economia também o preocupa, e daí a abertura gradual dos serviços à população. -----

O Senhor Presidente expressou ainda ao Órgão Executivo a sua intenção de, no próximo dia 18 de Maio, que a próxima reunião de Câmara, possa vir já a ser presencial, solicitando aos Senhores Vereadores que fizessem chegar aos Serviços, até ao final desta semana, a sua intenção de continuar em videoconferência ou de anuírem à citada pretensão, uma vez que a sala de reuniões garante o distanciamento que é exigível, para fazer a reunião em condições de segurança. -----

Findos os esclarecimentos iniciais, o Senhor Presidente deu a palavra ao Órgão Executivo, tendo de imediato o Senhor Vereador António Trindade desejado a todos votos de perfeita saúde. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador António Trindade pretendeu que ficasse exarado em ata a seguinte intervenção: “ que neste momento em que os grandes heróis, além de outras pessoas que se envolveram no apoio a muitos doentes que foram atingidos por esta doença, não podia nem devia deixar de realçar, aquele que foi o Pai do Serviço Nacional de Saúde, António Arnaut, pela luta até ao fim da sua vida, que originou que o SNS se mantivesse até aos dias de hoje; muitas foram as iniciativas para que o SNS fosse entregue aos particulares, e embora, não possamos descorar a importância que os hospitais particulares tiveram ao longo deste período, temos que realçar o mérito do nosso Serviço Nacional de Saúde; que foi um Serviço que, à luz dos olhares



da Europa e praticamente do Mundo inteiro, se revelou de extrema importância; temos um grande estadista que teve ontem oportunidade de ouvir, que está a trabalhar como cientista na América que, ainda ontem relevou grandemente o mérito do Serviço Nacional de Saúde nesta Pandemia e, ao contrário daquilo que se pensava, o SNS teve um papel preponderante para que nós fossemos um dos Países que para além da importância que o Povo teve no respeito pelas diretrizes do Governo e Direção Geral de Saúde, também não devemos deixar de enaltecer o nosso SNS, e por isso reforça que, para além dum conjunto de pessoas que sempre defenderam intransigentemente o SNS, deixa aqui expresso através desta intervenção, um grande reconhecimento pelo papel crucial desenvolvido ao longo da sua vida, por um grande homem, de nome, ANTÓNIO ARNAUT". -----

Finalmente o Senhor Presidente deixou votos de boa saúde para todos e alertou para o uso da máscara obrigatória em todos os edifícios fechados, bem como transportes urbanos / públicos e todos os locais fechados, como medida de segurança no período que atravessamos! -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições neste período. -----

219/2020 - ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

Presente a ata da reunião ordinária número oito, de vinte de abril de 2020, para leitura, discussão e votação. -----

Aprovado, por unanimidade. -----

220/2020 – LICENCIAMENTO DE OBRAS DE ALTERAÇÃO EM EDIFÍCIO HABITACIONAL - FONTE DA VILA – NAZARÉ

Presente o processo de obras n.º16/11, com requerimento n.º560/2020, de que é requerente ITU – Imobiliária e Turismo, Lda., acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, deferir o pedido de licenciamento, nos termos da informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

221/2020 – LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÕES EM EDIFICAÇÃO – RUA DOS CALAFATES N.º30 – NAZARÉ

Presente o processo de obras n.º399/18, com requerimento n.º356/2020, de que é requerente Parábola e Parcela, Lda., acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão da Chefe da Divisão Técnica de Planeamento Urbanístico. -----

222/2020 – LICENCIAMENTO DE MORADIA UNIFAMILIAR – TAPADA - RUA MARES DA GRONELÂNDIA - SÍTIO DA NAZARÉ

Presente o processo de obras n.º92/2020, com requerimento n.º573/2020, de que é requerente Grace Fraser, acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão da Chefe da Divisão Técnica de Planeamento Urbanístico. -----

223/2020 – LICENCIAMENTO DE MORADIA UNIFAMILIAR – GAVETO DA RUA ARQ. LANÇA CORDEIRO COM A RUA PROFESSOR CARLOS LINEU SOARES DE MIRANDA - URBANIZAÇÃO PINHAL MAR LOTE 45 CAMARÇÃO – NAZARÉ

Presente o processo de obras n.º129/2020, com requerimento n.º585/2020, de que é requerente Esmeralda Vidinha Delgado, acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, nos termos da proposta de decisão da Chefe da Divisão Técnica de Planeamento Urbanístico. -----



224/2020 / LICENCIAMENTO PARA OBRAS DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO EM EDIFÍCIO - M - PRAÇA 25 DE ABRIL N.º88 – SÍTIO DA NAZARÉ

Presente o processo de obras n.º572/18, com requerimento n.º576/2020, de que é requerente Jacob Mansfield Cairns, acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, deferir o pedido de licenciamento, nos termos da informação da Divisão Técnica de Planeamento Urbanístico. -----

225/2020 – DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO CENTRO - DESPACHO DE CARÁTER DE URGÊNCIA

Presente o processo de obras n.º138/2020, com requerimento n.º612/2020, de que é requerente Direção Regional da Cultura do Centro, acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita.

Deliberado, por unanimidade, ratificar. -----

226/2020 – DEVOLUÇÃO DE TAXAS REFERENTE A EMISSÃO DE ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO – RUA DO ALECRIM N.º22 – NAZARÉ

Presente o processo de obras n.º276/18, com requerimento n.º544/2020, de que é requerente Lusbélia Duarte Mafra Veríssimo Chalabardo, acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, proceder à devolução do valor nos termos da proposta de decisão da Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

227/2020 – LICENCIAMENTO PARA OBRAS DE EDIFÍCIO – RUA DE SUB-VILA, 28 - NAZARÉ

Presente o processo de obras n.º407/17, com requerimento n.º 542/20, de que é requerente A FIRMA Bebe & Dorme Hostel, Lda., acompanhado de informação técnica da Divisão de Planeamento Urbanístico que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. Deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, nos termos da proposta de decisão da Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico. -----

228/2020 – MANUAL DE IDENTIDADE – NORMAS DA MARCA NAZARÉ

Para apreciação e votação do órgão Executivo foi presente o assunto supra mencionado, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrito. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar as normas da Marca Nazaré. -----

229/2020 - EMPREITADA DE: "CENTRO ESCOLAR DE FAMILICÃO - REFORMULAÇÃO" - REVISÃO DE PREÇOS

Para apreciação e votação do órgão Executivo foi presente informação 253/DOMA-OBM/2020, datado 2020/04/28, que se transcreve: -----

Junta-se em anexo, para apreciação e aprovação da Exma. Câmara, o Auto de Revisão de Preços n.º 1/2020, referente à empreitada acima identificada, adjudicada à firma M. Couto Alves, S.A.---

O Auto de Revisão, elaborado nestes serviços, apresenta o valor de 9.434,09 €, acrescido de IVA à taxa de 6% (566,05 €) o que perfaz o total de 10.000,14 € (dez mil euros e catorze cêntimos). ” --

Deliberado, por unanimidade, aprovar a revisão de Preços, nos termos da proposta de decisão do Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente. -----

230/2020 - RELATÓRIO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – PROPOSTA

Presente para apreciação e votação o Relatório para Atribuição de Bolsas de estudo do Ensino Superior, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrito. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o aludido Relatório do Júri do Procedimento, para atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior. -----



231/2020 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA - APOIO À NATALIDADE - PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA

Presente informação n.º23/GPAIS-UIS/2020, datada de 2020/04/22, relativamente ao assunto supra mencionado, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o pagamento da comparticipação monetária à candidatura, nos termos da informação técnica do Gabinete de Planeamento e Análise Intervenção Social. -----

232/2020 - ELH - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO - ENTREGA DA 1.ª FASE

Presente informação n.º24/GPAIS-UIS/2020, datada de 2020/04/27, relativamente ao assunto supra mencionado, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Estudo do Diagnostico ELH inerente à 1.ª Fase da Estratégia Local de Habitação, nos termos da informação técnica do Gabinete de Planeamento e Análise Intervenção Social. -----

233/2020 - REGULAMENTO DE APOIO À FAMÍLIA - APOIO À NATALIDADE - CANDIDATURA RECECIONADA NO MÊS DE ABRIL

Presente informação n.º25/GPAIS-UIS/2020, datada de 2020/04/27, relativamente ao assunto supra mencionado, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrita. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a candidatura de apoio à natalidade, nos termos da informação técnica do Gabinete de Planeamento e Análise Intervenção Social. -----

234/2020 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS AFETOS À ATIVIDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA

Presente o procedimento supra indicado, que faz parte da pasta de documentos da reunião e se dá por transcrito. -----

Deliberado, por unanimidade, submeter a período de Consulta Pública pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, publicitando-se na II Série do DR e Aviso no Portal do Município.-----



Av. Vieira Guimarães nº54
2450-951 Nazaré

Nome

Morada

Código postal

Cartão de Cidadão

NIF

Validade

Matrícula

Referência

Este dístico deverá ser recortado e colocado no interior do veículo, no canto inferior direito do pára-brisas, conforme obrigação legal (Portaria N.º 56/95 de 25 de Janeiro)

Recorte pelo picotado

TAXA MUNICIPAL

VEÍCULO AUTORIZADO A ESTACIONAMENTO
E PARAGEM NOS LOCAIS ADEQUADOS

MATRÍCULA	12-34-AB
NÚMERO DE	567890
VÁLIDO DE:	20.05.2020
Até:	20.05.2021



Câmara Municipal da Nazaré
Av. Vieira Guimarães nº54 | 2450-951 Nazaré

tel : +351 262 550 010 · fax : +351 262 550 019 · e-mail : geral@cm-nazare.pt





Av. Vieira Guimarães nº54
2450-951 Nazaré

Nome

Morada

Código postal

Cartão de Cidadão

NIF

Validade

Matrícula

Referência



Este dístico deverá ser recortado e colocado no interior do veículo, no canto inferior direito do pára-brisas, conforme obrigação legal (Portaria N.º 56/95 de 25 de Janeiro)

Recorte pelo picotado

 NAZARÉ
TAXA MUNICIPAL

VEÍCULO AUTORIZADO A ESTACIONAMENTO
E PARQUEAR NOS LOCAIS DEQUADOS

MATRÍCULA 12-34-AB

ALVARÁ N.º 567890

VÁLIDO DE 20.05.2020
A 20.05.2021



Câmara Municipal da Nazaré
Av. Vieira Guimarães nº54 | 2450-951 Nazaré

tel : +351 262 550 010 · fax : +351 262 550 019 · e-mail : geral@cm-nazare.pt





Helena Pola

MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA(DAF)

Proposta de início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em 18.11.2019, dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento (artigo 98.º, nº 1 CPA). Deliberado ainda promover a consulta aos interessados pelo prazo de 10 dias úteis para a apresentação de contributos, devendo ser dirigidos para o seu veredicto com o pedimento do trânsito e visibilidade ou ser entregues pessoalmente

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

Presidente da Câmara Municipal da Nazaré:

no Edifício Municipal.

A Reunião
13-11-2019

Walter Chicharro

690

Com o acelerado crescimento do turismo na Vila da Nazaré, multiplicam-se as soluções de circulação rodoviária de teor turístico. Um número crescente de empresas disponibiliza variados percursos, através de uma multiplicidade de meios de transporte.

Importa, nesse sentido, enquadrar esta nova realidade através de regulamentação especial, situação, de resto, prevista na Lei de Bases do Sistema de Transporte Terrestres (artigo 23.º) mas apenas pontualmente concretizada.

Verifica-se atualmente que a procura de circuitos turísticos regulares de passageiros espalha-se um pouco por toda a Vila, com especial incidência no Farol de S. Miguel de Arcanjo.

O Município da Nazaré não dispõe de um Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística.

A elaboração deste regulamento pretende promover uma equilibrada compatibilização entre a circulação turística, nos diferentes modos que a compõem, e o transporte público sem fim



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA(DAF)

turístico, salvaguardando a acessibilidade e a fluidez na circulação, assim como pretende promover uma atenta gestão da utilização do espaço público, evitando fenómenos de congestionamento de algumas zonas urbanas mais procuradas pelos operadores turísticos.

Com uma preocupação com a performance ambiental urbana, o presente documento pretende contribuir para a qualidade do ar e para a redução das emissões de gases com efeito estufa, em alinhamento com as metas fixadas na Cimeira de Paris.

No âmbito do futuro regulamento, a Câmara Municipal da Nazaré determina os pontos de paragem e terminais dos veículos dedicados a este serviço de transporte turístico, bem como o número limite e tipologia de veículos autorizados. Estas determinações são apresentadas de forma diferenciada para veículos com lotação igual ou superior ou inferior a 9 lugares, respetivamente e também comboios turísticos.

Revela-se, desta forma, necessário proceder à elaboração do Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística.

Nessa conformidade, propõe-se que a Câmara Municipal delibere que:

- 1) Seja dado início ao procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística, nos termos do Artigo 98.º n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- 2) Se promova a consulta, a todos os interessados, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicitação da Deliberação da Câmara Municipal, para que estes possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento;
- 3) A constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos para o Sr. Vereador com o Pelouro do Trânsito e Mobilidade, Salvador Formiga, através do correio eletrónico salvador.formiga@cm-nazare.pt ou entregues pessoalmente no edifício da câmara municipal, Avenida Vieira Guimarães, nº 54, Apartado 31 – 2450-951 Nazaré.

Nazaré, 13 de novembro de 2019
O Vereador com poderes delegados na área dos Transportes
13-11-2019

Salvador Formiga

Salvador Portugal Formiga

Ao Sr. Carlos Mendes para inserir o assunto na OD da próxima RCM, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara.
30-04-2020

2020,CMN,I,03,159



Helena Pola

MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE JURÍDICO

ASSUNTO: Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística	INFORMAÇÃO N.º	159/DAF-GJ/2020
	NIPG	4153/20
	DATA:	2020/04/29

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....

*45 dias submetidos a
período de consulta pública pelo
período de 30 dias, para recolha de
sugestões, publicitando-se no
II Sêrie do DR e
Aviso no Portal do Município.*

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

Presidente da Câmara Municipal da Nazaré:

À Reunião
29-04-2020

Walter Chicharro

PROPOSTA DE DECISÃO:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Concordo com o exposto.
À consideração superior,
29-04-2020

Helena Pola

Exma. Sra. Chefe da DAF,

Dra. Helena Pola.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE JURÍDICO

Em reunião de câmara realizada a 18.11.2019 foi deliberado dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística, nos termos do Artigo 98.º n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

No dia seguinte, foi promovida a consulta a todos os interessados que quisessem constituir-se como tal no procedimento, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicitação da Deliberação da Câmara Municipal, para que estes pudessem apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento.

Terminado o prazo para constituição de interessados, não se registaram quaisquer inscrições ou apresentação de contributos.

Termos em que se ora se apresenta o Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística, propondo-se que:

Com base no disposto no n.º1 do artigo 101.º do CPA, a Câmara Municipal delibere submeter o projeto de Regulamento supra referido a período de consulta pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e à inserção do respetivo Aviso no Portal do Município.

O TÉCNICO SUPERIOR

Jurista

29-04-2020

Ricardo Caneco



EDITAL N.º 62/2019

PUBLICITAÇÃO DO INICÍO DO PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr., Presidente da Câmara Municipal de Nazaré, em cumprimento do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que, por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 18 de novembro de 2019, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do **Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística**, que visa promover uma equilibrada compatibilização entre a circulação turística, nos diferentes modos que a compõem, e o transporte público sem fim turístico, salvaguardando a acessibilidade e a fluidez na circulação, assim como pretende promover uma atenta gestão da utilização do espaço público, evitando fenómenos de congestionamento de algumas zonas urbanas mais procuradas pelos operadores turísticos.

Com uma preocupação com a performance ambiental urbana, o presente documento pretende contribuir para a qualidade do ar e para a redução das emissões de gases com efeito estufa, em alinhamento com as metas fixadas na Cimeira de Paris.

No âmbito do futuro regulamento, a Câmara Municipal da Nazaré determinará os pontos de paragem e terminais dos veículos dedicados a este serviço de transporte turístico, bem como o número limite e tipologia de veículos autorizados. Estas determinações são apresentadas de forma diferenciada para veículos com lotação igual ou superior ou inferior a 9 lugares, respetivamente e também comboios turísticos.

O mencionado procedimento foi desencadeado ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais torna público que se podem constituir como interessados no presente procedimento, aqueles que nos termos do n.º 1, do artigo 68.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

Assim, os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de regulamento, no prazo de 10 dias úteis, através de comunicação escrita que contenha o nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço eletrónico, dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

A constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Sr. Vereador com o Pelouro do Trânsito e Mobilidade, Salvador Formiga, através do correio eletrónico salvador.formiga@cm-nazare.pt ou entregues pessoalmente no edifício da câmara municipal, Avenida Vieira Guimarães, nº 54, Apartado 31 – 2450-951 Nazaré.

Paços do Município de Nazaré, 19 de novembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal



(Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.)

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que afixei o presente edital, no Edifício dos Paços do Concelho. Por ser verdade, passo esta certidão que dato, assino e autentico. Nazaré, 19.11.2019

O Jurista



(Ricardo Caneco, Dr.)

Ao Sr. Carlos Mendes para inserir o assunto na OD da
próxima RCM, conforme despacho do Sr. Presidente da
Câmara.
30-04-2020

Helena Pola



2020,CMN,I,03,159
À DOMA
Para os devidos
efeitos

06-05-2020

Helena Pola

MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE JURÍDICO

ASSUNTO: Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística	INFORMAÇÃO N.º	159/DAF-GJ/2020
	NIPG	4153/20
	DATA:	2020/04/29

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

Em reunião de Câmara de 04.05.2020, foi deliberado, submeter a Consulta pública pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, publicado-se na 1ª série do DR e Aviso no Portal do Município

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

Presidente da Câmara Municipal da Nazaré:

À Reunião
29-04-2020

Walter Chicharro

PROPOSTA DE DECISÃO:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Concordo com o exposto.
À consideração superior,
29-04-2020

Helena Pola

Exma. Sra. Chefe da DAF,

Dra. Helena Pola.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE JURÍDICO

Em reunião de câmara realizada a 18.11.2019 foi deliberado dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística, nos termos do Artigo 98.º n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

No dia seguinte, foi promovida a consulta a todos os interessados que quisessem constituir-se como tal no procedimento, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicitação da Deliberação da Câmara Municipal, para que estes pudessem apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento.

Terminado o prazo para constituição de interessados, não se registaram quaisquer inscrições ou apresentação de contributos.

Termos em que se ora se apresenta o Projeto de Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística, propondo-se que:

Com base no disposto no n.º1 do artigo 101.º do CPA, a Câmara Municipal delibere submeter o projeto de Regulamento supra referido a período de consulta pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e à inserção do respetivo Aviso no Portal do Município.

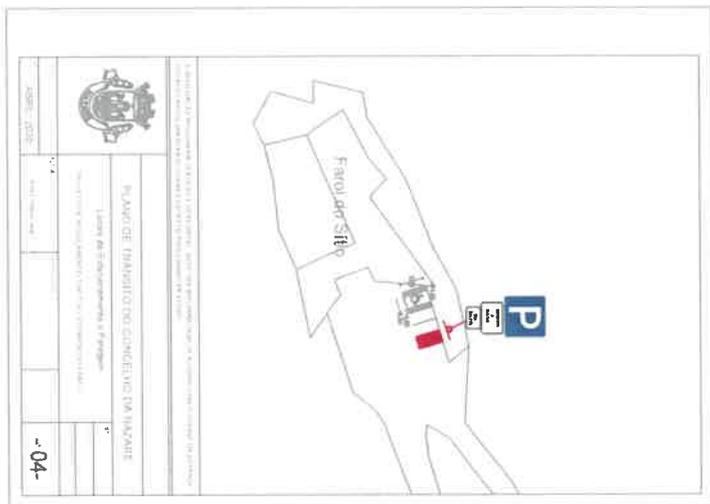
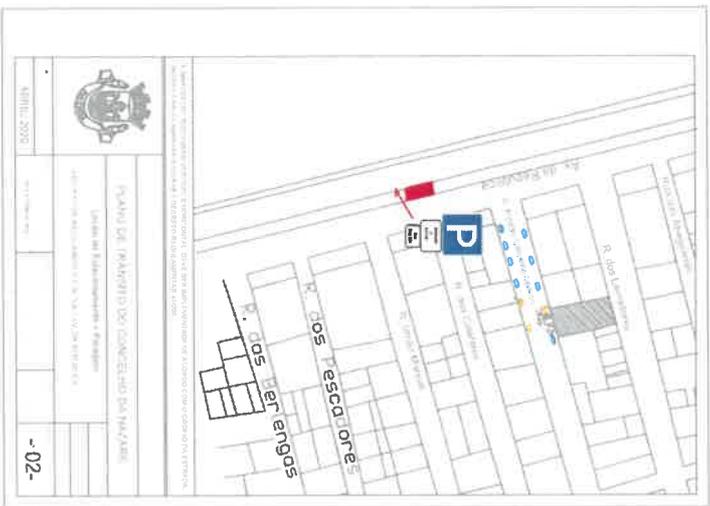
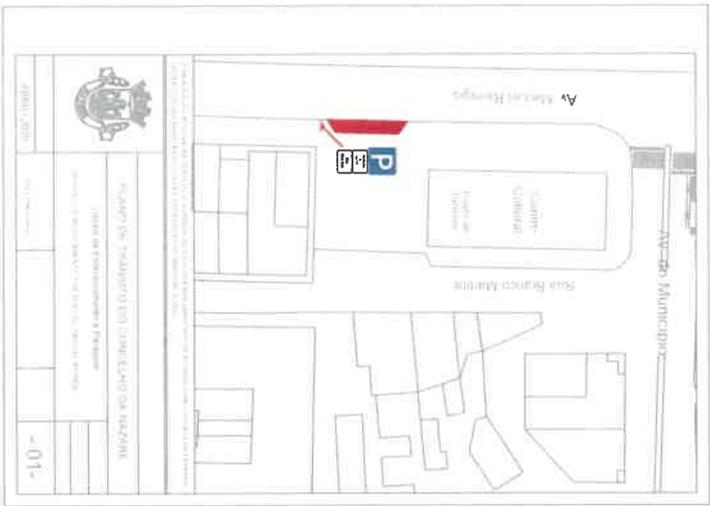
O TÉCNICO SUPERIOR

Jurista

29-04-2020

Ricardo Caneco

Ricardo Caneco.





MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO

Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística

NOTA JUSTIFICATIVA

Com o acelerado crescimento do turismo na Vila da Nazaré, multiplicam-se as soluções de circulação rodoviária de teor turístico.

Um número crescente de empresas disponibiliza variados percursos, através de uma multiplicidade de meios de transporte.

É necessário promover uma equilibrada compatibilização entre a circulação turística, nos diferentes modos que a compõem, e o transporte público sem fim turístico, salvaguardando a acessibilidade e a fluidez na circulação, assim como pretende promover uma atenta gestão da utilização do espaço público, evitando fenómenos de congestionamento de algumas zonas urbanas mais procuradas pelos operadores turísticos.

Com uma preocupação com a performance ambiental urbana, o presente documento pretende contribuir para a qualidade do ar e para a redução das emissões de gases com efeito estufa, em alinhamento com as metas fixadas na Cimeira de Paris.

No âmbito do futuro regulamento, a Câmara Municipal da Nazaré determinará os pontos de paragem e terminais dos veículos dedicados a este serviço de transporte turístico, bem como o número limite e tipologia de veículos autorizados.

Assim, a imposição do Código da Estrada, bem como as particulares características da atividade que se pretende implementar e a prudência na boa gestão das atribuições do Município, impõem a criação de um Regulamento Municipal sobre a matéria.

Também no nº 2 do artigo 10º do Código da Estrada vem prevista a possibilidade de ser condicionado o trânsito com carácter temporário ou permanente a diverso tipo de veículos em todas ou só algumas vias públicas, sendo a matéria melhor concretizada por força dos artigos 5º e 8º do Decreto-Lei nº 44/2005, de 23 de Fevereiro, na sua redação vigente.

A sobrecarga originada pela exploração de circuitos turísticos, com a obstrução à normal circulação, o estacionamento, paragem e o ruído provocado por alguns dos veículos afetos a atividades de animação turística impõe a devida regulamentação legal.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Incumbe aos Municípios promover e salvaguardar os interesses próprios das populações, nos termos do nº1 do artigo 23º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, harmonizando a qualidade de vida dos habitantes com a instalação e exercício de atividades nos respetivos territórios, nos domínios públicos municipais.

Os Municípios dispõem especialmente de atribuições nos domínios dos transportes comunicações, ambiente, ordenamento do território e polícia municipal, como preceituam as alíneas c), k), n) e o) do nº2 do artigo 23º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Sem prejuízo do que precede, destaque-se ainda que é uma competência da Câmara Municipal de Nazaré, ao abrigo das alíneas qq) e rr) do nº 1 do artigo 33º, administrar o domínio público municipal e deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos.

Por todo o exposto, pelo facto do trânsito e circulação dever fluir de forma regular e ordenada e porque o espaço para estacionamento e paragem das diversas tipologias de veículos é um recurso cada vez mais escasso que importa regular e racionalizar, impõe-se ao Município uma atitude interventiva em prol do interesse público que lhe incumbe defender.

Foi assim entendido por necessário disciplinar – atenta a questão do estacionamento e de paragem de todos os meios de transporte e fruição turística – a questão dos circuitos turísticos em diferentes meios de transporte, bem como a respetiva circulação na área do Município, por forma a assegurar o quadro regulamentar adequado a uma correta exploração turística e económica, salvaguardando uma imagem condigna e de qualidade e garantido a observância dos princípios da concorrência e da igualdade no acesso às atividades.

Numa lógica de custo/benefício indissociável da entrada em vigor do presente Regulamento, e considerando que a sua natureza jurídica é, exclusivamente, executória e subordinada ao regime jurídico em vigor, importa, aqui, destacar que a latitude das medidas nele consagradas têm como objetivo central a devida clarificação e operacionalização do conjunto de conceitos e ou soluções procedimentais, legalmente consagradas, clarificação essa que irá, seguramente, beneficiar a simplificação da aprovação e execução dos procedimentos administrativos em causa.

Sendo inquestionável, para o efeito, que os custos centrados nesses procedimentos estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.

Nesta última componente do Regulamento, ou seja, custo das medidas projetadas, as mesmas são, pela sua natureza imaterial, dificilmente mensuráveis e ou quantificáveis, não sendo, objetivamente, possível apurar tal dimensão, junto dos seus destinatários.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Tudo isto, pese embora se reconheça que o presente Regulamento acaba por determinar e ou disciplinar um conjunto de condutas que deve ser adotado pelos seus destinatários — entidades públicas e privadas —, nas diferentes fases do processo nele reguladas.

Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Nazaré em 19 de novembro de 2019.

Entre 19 de novembro de 2019 e o dia 4 de dezembro de 2019, houve o período de constituição de interessados nos termos legais.

Não foram entregues quaisquer contributos nesta fase.

Assim, a Assembleia Municipal de Nazaré, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do nº 1 e das alíneas c) k) e n) do nº 2 do artigo 23º, da alínea g) do nº 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) e das alíneas ee), qq) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprova em sessão _____ realizada em _____, o Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística é elaborado ao abrigo e nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do disposto no artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do nº 1 e das alíneas c)k) e n) do nº 2 do artigo 23º, da alínea g) do nº 1 do artigo 25.º da alínea k) e das alíneas ee),qq) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro bem como do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 10º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, na sua redação em vigor, pelos artigos 5º e 8º do Decreto-Lei nº 44/2005, de 23 de Fevereiro, na sua redação vigente, do artigo 23º da Lei nº 10/90, de 17 de Março, e ainda pelo Decreto-Lei n.º108/2009 de 15 de Maio, com as alterações vigentes.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 2.º

Objeto e Âmbito

1. O presente Regulamento visa disciplinar a circulação de veículos afetos à atividade de animação turística, seu estacionamento e paragem no Município de Nazaré.
2. Os veículos podem assumir alguma das seguintes tipologias:
 - a) Triciclos (vulgo tuk-tuk);
 - b) Automóveis tipo “jeep” e de todo o terreno;
 - c) Comboios turísticos.
3. Os veículos referidos no número anterior devem, em qualquer caso, respeitar as normas legais de circulação e cumprir com as características técnicas que lhes sejam aplicáveis face ao regime legal em concreto e às suas características.
4. Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:
 - a) Operador Turístico, a pessoa singular ou coletiva que, estando licenciada para o exercício da atividade de animação turística nos termos legalmente exigidos, está habilitada a circular e estacionar em determinadas zonas do município de Nazaré, ao abrigo do presente Regulamento;
 - b) Circuito Turístico, itinerário de transporte promovido por pessoa singular ou coletiva, com personalidade jurídica, licenciada para o exercício da atividade de animação turística, no exercício desta, através de veículo legalmente habilitado para o efeito;
 - c) Paragem, o local expressa e devidamente sinalizado, afeto exclusivamente à triciclos, automóveis tipo “jeep” e de todo o terreno e comboios turísticos, devidamente habilitados para o efeito, destinado à tomada e largada de passageiros, no exercício da atividade de animação turística, por período de tempo limitado, sinalizada nos termos do Código da Estrada, fazendo parte dos locais de paragem definidos no presente Regulamento, no Anexo I.
 - d) Estacionamento, local devidamente sinalizado, afeto exclusivamente ao estacionamento de veículos de transporte de índole e fruição turística, utilizados no exercício da atividade de animação turística.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo II

Procedimento

Artigo 3.º

Licença e Selo identificativo do veículo

1. A circulação de veículos afetos à atividade de animação turística está sujeita ao disposto no Regime Jurídico da Animação Turística, nos termos do Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de Maio, com as alterações vigentes.
2. O operador titular de Licença municipal recebe, aquando da passagem do Alvará relativo à mesma e sempre após o pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais da Nazaré, selos identificativos a apor nos veículos que comprovam a permissão para estacionamento e paragem nos locais adequados, conforme modelo constante do Anexo II.
3. O selo é emitido com a identificação do titular da licença, número de licença e respetiva validade e destina-se a identificar o veículo junto dos utentes e das entidades fiscalizadoras.

Artigo 4.º

Procedimento para atribuição de Licença

1. As licenças são intransmissíveis e incluem a definição dos pontos de paragem e de estacionamentos dos veículos:
2. O pedido em requerimento adequado disponibilizado pela Câmara Municipal de Nazaré em www.cm-nazaré.pt, dirigido ao Presidente da Câmara ou Vereador do pelouro e deve incluir, entre outros:
 - a) Os dados de identificação, morada e contactos do requerente;
 - b) O período de funcionamento e horário, o qual tem que respeitar o disposto no presente regulamento.
3. Para além da exibição junto dos serviços da fotocópia do Cartão de Cidadão, Bilhete de Identidade ou Passaporte acompanhado de título que permita a residência em território nacional e Cartão de Contribuinte, se o interessado for pessoa singular, o requerimento deve ser sempre instruído com os seguintes elementos:
 - a) Certidão do registo comercial atualizada, ou código de acesso à mesma através de meios informáticos, se o interessado for pessoa coletiva;



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

- b) Documento comprovativo de que o interessado se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado e por contribuições para a Segurança Social;
 - c) Termo de responsabilidade, emitido pelo requerente, referindo que se compromete a verificar que todos condutores estão habilitados para a condução dos veículos de transporte turístico em causa, nos termos do artigo 121º do Código da Estrada;
 - d) Documento comprovativo do seguro de responsabilidade civil, quanto ao desenvolver da atividade e quanto a ocupantes e a terceiros atualizado à data do pedido;
 - e) O número, as tipologias, marcas e modelos de todos os veículos a utilizar no Município e cópia da respetiva documentação, bem como comprovativo do seguro automóvel obrigatório de cada viatura e da inspeção periódica legalmente exigível;
 - f) Título de Registo junto do Turismo de Portugal IP, para as Empresas de Animação Turística no âmbito do Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de Maio, com as alterações vigentes;
 - g) O mapa representando os percursos pretendidos, bem como os locais de paragem, e de estacionamento pretendidos de entre os constantes de deliberação prévia do executivo municipal;
 - h) A licença ou autorização prévia do ICNF, IP quando o veículo a tenha de obter face à legislação especial;
 - i) Tabela de preços a praticar por circuito no primeiro ano.
4. Com a apresentação do pedido é paga a taxa que seja devida nos termos do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município da Nazaré.
5. A licença é atribuída pela Câmara Municipal, dentro dos circuitos previamente determinados, sendo precedida de parecer favorável da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, que deve aferir o número de licenças já emitidas, os lugares existentes e avaliar eventuais prejuízos para o tráfego e estacionamento atento o circuito proposto;
6. A decisão sobre o pedido de licença municipal é tomada no prazo de 20 dias úteis contados a partir da apresentação do respetivo requerimento.
7. A notificação para a apresentação de elementos obrigatórios ou a notificação para efeitos de audiência prévia suspende o prazo de decisão previsto no presente artigo.
8. A licença intransmissível e de natureza precária.
9. Aquando do levantamento do título será liquidada a respetiva taxa.
10. Só poderá ser atribuída uma licença por operador.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 5.º

Indeferimento do pedido

Os pedidos de licença municipal são suscetíveis de indeferimento, designadamente, com base num dos seguintes fundamentos:

- a) Falta de algum dos documentos instrutórios e requisitos necessários para a decisão e cuja falta não possa ser oficiosamente suprida;
- b) Quando os locais de paragem e estacionamento solicitados não sejam consentâneos com os previamente estabelecidos;
- c) Quando se encontrar esgotado o número de licenças ou de viaturas.

Artigo 6.º

Alvará

A licença é titulada por alvará e é válida pelo período de três anos.

Artigo 7.º

Inspeção Extraordinária

1. A ocorrência de acidente com veículos afetos à atividade de animação turística, quando existam fundadas suspeitas por parte das autoridades fiscalizadoras quanto às respetivas condições de segurança, nos termos do nº 2 do artigo 116º do Código da Estrada, implica a imediata suspensão do alvará quanto ao veículo sinistrado em concreto até que se realize uma inspeção extraordinária que comprove as condições de circulação e segurança do veículo.
2. A realização de inspeção extraordinária tem de ser realizada por um centro de inspeção devidamente credenciado.
3. Após a realização de inspeção extraordinária caso o veículo esteja em condições de circulação e segurança a suspensão do alvará quanto ao veículo sinistrado é levantada.
4. A não comunicação de acidente prevista no artigo anterior ou a não realização de inspeção extraordinária, quando exigível, são puníveis como contraordenação.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo III

Condições de circulação, estacionamento e paragem

Artigo 8.º

Circuitos

1. Compete à Câmara Municipal deliberar e determinar os locais de paragem e estacionamento de veículos afetos à atividade de animação turística, podendo interditar ou restringir, por motivos de ordem ambiental, o seu acesso a troços da rede viária de jurisdição municipal e ainda por motivos de interesse público, proibir a circulação de tipos específicos de veículos afetos à atividade de animação turística não pesados e veículos de tração animal.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os locais de paragem e estacionamento autorizados, o número de veículos e licenças permitidos constam do Anexo I ao presente Regulamento.
3. Por deliberação tomada pela Câmara Municipal, pode ser efetuada a alteração dos locais de paragem e estacionamento autorizados e o número de licenças.
4. Os locais de paragem e de estacionamento dos veículos afetos à atividade de animação turística são devidamente sinalizados nos termos do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações vigentes.
5. O acesso de passageiros aos veículos afetos à atividade de animação turística só pode ser efetuado nos locais de paragem e estacionamento autorizados nos termos do presente Regulamento, exceto no caso de paragem temporária a meio de um percurso, sempre em locais de paragem ou estacionamento legais, e nunca para tomada de novos passageiros.

Artigo 9.º

Condições de circulação

O trânsito dos veículos afetos à atividade de animação turística na via pública está condicionado ao cumprimento das seguintes condições:

- a) Prevalência dos princípios de ordem ambiental sobre os demais em prol da qualidade do ar e na defesa do direito dos cidadãos a um ambiente são e ecologicamente equilibrado;
- b) Não prejudicar as condições de circulação e normal fluidez do restante trânsito;
- c) Processar-se apenas em circuitos preestabelecidos que não incluam troços de via que, pela sua largura, traçado ou sinuosidade, possam pôr em perigo a segurança dos passageiros;



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

d) Não pôr em causa a coordenação de transportes regulares de passageiros, devendo os locais de paragem para entrada e saída de passageiros estar devidamente assinalados de forma a não prejudicarem o entrada e saída de passageiros dos veículos de transporte público regular.

Artigo 10.º

Horários de circulação

1. A atividade de serviços turísticos está limitada ao horário compreendido entre as 8.00h e as 21.00h, para todos os dias da semana.
2. O Presidente ou o Vereador com competência delegada pode restringir ou alargar os horários de funcionamento.
3. A decisão a que alude o número anterior deve ser fundamentada em motivos de reconhecido interesse público e pode ocorrer:
 - a) A requerimento dos interessados;
 - b) Por iniciativa própria;
 - c) Em resultado do exercício do direito de petição.

Capítulo IV

Disposições específicas

Artigo 11.º

Deveres dos titulares da licença

1. Constituem deveres dos titulares das Licenças cumprir e fazer cumprir pelos seus colaboradores as determinações do presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código da Estrada, o Regulamento Geral do Ruído, o Regulamento de Trânsito e Estacionamento do Município de Nazaré, o Regulamento de Comércio a Retalho Não Sedentário do Município da Nazaré — Regulamento de Venda Ambulante e o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município da Nazaré.
2. Constituem ainda deveres dos titulares das Licenças:
 - a) Garantir que os veículos são mantidos em bom estado de conservação e se apresentem em condições técnicas e de higiene legalmente exigidas;
 - b) Afixar, em local visível no veículo, o selo identificativo do mesmo;



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

- c) Identificar no exterior do veículo a entidade a que pertence, respetivo contacto telefónico, números da licença RNAAT e da licença municipal;
- d) Afixar, no interior do veículo, o respetivo circuito e tarifário;
- e) Dispor, no veículo, dos documentos que titulam o licenciamento municipal, designadamente de paragem e estacionamento;
- f) Garantir que os todos os colaboradores das empresas de animação turística, incluindo os condutores dos veículos, se apresentem devidamente identificados;
- g) Garantir que os condutores dos veículos afetos à atividade de animação turística se encontram legalmente habilitados para o exercício da condução.

Artigo 12.º

Deveres dos condutores

1 - Constituem deveres dos condutores, comuns a todas as tipologias de veículos previstos no presente regulamento:

- a) Conduzir os veículos de forma diligente;
- b) Usar de delicadeza, civismo e correção ética para com o público;
- c) Não conduzir sob o efeito do álcool ou de substâncias psicotrópicas;
- d) Apresentarem-se devidamente identificados;
- e) Manter o veículo em boas condições de higiene;
- f) Apresentar a tabela de preços relativa ao circuito aquando do pedido da respetiva licença no serviço competente da Câmara Municipal para conhecimento;
- g) Afixar as tabelas de preços no respetivo veículo, em local bem visível;
- h) Emissão de recibo;
- i) Aposição do selo identificativo do veículo no mesmo, sendo a sua ausência passível de contraordenação.

2 - Os condutores e os titulares da licença são solidariamente responsáveis pelos resíduos produzidos diretamente na decorrência da atividade por si ou pelos clientes, quer no local de estacionamento e paragem, quer no percurso do circuito.

3 - É expressamente proibido lançar resíduos para a via pública, sob pena de contraordenação.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 13.º

Restrições

1 - É interdita, no Município de Nazaré, quando no exercício da atividade de animação turística, o estacionamento e paragem:

- a) De veículos nos locais regulamentados, sem que disponham do licenciamento para o efeito;
- b) Fora dos locais determinados pela Câmara Municipal de Nazaré;
- c) Sem cumprimento da sinalização e obrigações legais existentes, designadamente quanto ao estacionamento, paragem recolha e largada de passageiros.

2 - É proibida a utilização de aparelhos sonoros que projetem o som para a via pública, designadamente música ou qualquer tipo de publicidade.

3 - É vedado aos operadores, no âmbito dos circuitos, o transporte de bagagens, não sendo para este efeito consideradas as mochilas ou outros recipientes de pequena dimensão.

Capítulo V

Paragem e Estacionamento

Artigo 14.º

Locais para paragem, estacionamento

1 - Os locais de paragem e de estacionamento encontram-se devidamente sinalizados e destinam-se aos operadores licenciados nos termos do presente regulamento.

2 - Os locais de paragem e de estacionamento para efeitos turísticos são devidamente sinalizados nos termos do Anexo I.

3 - Não são autorizadas paragens e estacionamentos fora dos locais consignados no Anexo I.

4 - Em caso de paragem ou estacionamento, o condutor deverá permanecer no local com os sistemas de propulsão de motores de combustão desligados.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo VI

Fiscalização e sanções

Artigo 15.º

Fiscalização

Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento do disposto no presente regulamento compete à Câmara Municipal de Nazaré, às autoridades policiais e à Nazaré Qualifica, E.M., Unipessoal Lda., na sua zona de intervenção.

Artigo 16.º

Contraordenações

1 - Sem prejuízo do especialmente disposto no Código da Estrada quanto ao estacionamento e paragem fora dos locais autorizados e às demais infrações estradais previstas nesse diploma e no Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio, com as alterações vigentes, são puníveis no âmbito do presente Regulamento como contraordenação, com as seguintes coimas, com referência à Retribuições Mínimas Mensais Garantidas (RMMG):

- a) A não detenção de licença e seu alvará, necessária nos termos do presente regulamento, corresponde uma coima de uma a sete RMMG;
- b) A transmissão, por qualquer meio, da licença a que, para além da nulidade da mesma, corresponde uma coima de cinco a dez RMMG;
- c) A não comunicação de acidente à Câmara Municipal de Nazaré prevista no nº 4 do artigo 7.º, a que corresponde uma coima de um vigésimo da RMMG;
- d) O incumprimento dos horários de circulação previstos no nº 1 do artigo 10.º, ou dos horários que tenham sido restringidos, nos termos do nº 2 do mesmo artigo a que corresponde uma coima de um quarto a três RMMG;
- e) A violação dos deveres dos titulares da licença constantes do nº2 do artigo 11.º a que corresponde uma coima de metade de uma a três RMMG;
- f) A violação dos deveres dos condutores constantes das alíneas b), d) e e) artigo 12.º a que corresponde uma coima de um sexto a duas RMMG;
- g) O incumprimento do nº 3 do artigo 12.º a que corresponde uma coima de um quinto a duas RMMG;



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

h) A violação das alíneas f) e g), do nº 1 do artigo 12.º a que corresponde uma coima de um décimo da RMMG;

i) A violação da alínea i), do nº 1 do artigo 12.º, a que corresponde uma coima de metade a duas RMMG;

j) A violação do nº 2 do artigo 13.º, relativa à utilização de aparelhos sonoros que projetem o som para a via pública, designadamente música ou qualquer tipo de publicidade corresponde uma coima de um décimo a um quinto da RMMG, se outra mais grave não for diretamente aplicável em função do Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Nazaré;

k) A violação do nº 2 do artigo 13.º e do nº 4 do artigo 14.º corresponde a uma coima de um décimo da RMMG.

2 – Devem ser punidas de acordo com previsão do Código da Estrada designadamente com o estacionamento ou paragem irregular:

a) A violação das normas do nº 1 do artigo 13.º;

b) A violação das normas dos nºs 3, do artigo 14.º;

c) A violação de normas específicas de paragem e estacionamento especialmente previstas no Anexo I do Regulamento;

d) A violação das normas específicas de paragem e estacionamento que venham a ser previstas no âmbito das deliberações da Câmara Municipal de Nazaré tomadas ao abrigo dos nºs 1 e 3 do artigo 8.º do Regulamento.

Artigo 17.º

Reincidência

1 - É punido como reincidente quem cometer uma infração praticada com dolo, depois de ter sido condenado por outra infração praticada com dolo, se entre as duas infrações não tiver decorrido um prazo superior ao da prescrição da primeira.

2 - Em caso de reincidência o limite mínimo constante da moldura contraordenacional é elevado para o dobro, não podendo a coima a aplicar em concreto ser inferior à anteriormente aplicada.

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior a reincidência implica a aplicação como sanção acessória da suspensão do alvará de licença e respetiva cassação num período mínimo de dois meses e máximo de um ano contado a partir da decisão condenatória definitiva.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 18.º

Processo contraordenacional

1 - A decisão sobre a instauração, instrução do processo de contraordenação, aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara, ou do vereador do pelouro, nos termos da lei.

2 - O produto das coimas previstas no presente regulamento constitui receita do Município.

Capítulo VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 19.º

Primeira atribuição de licenças

1 – Após a entrada em vigor do presente Regulamento a Câmara Municipal de Nazaré promoverá um concurso público para atribuição das licenças com definição do número de licenças a atribuir e os critérios de adjudicação.

2 – Devem ser privilegiadas soluções de utilização de veículos elétricos.

Artigo 20.º

Veículos Elétricos

1 – Três anos após entrada em vigor do presente regulamento, a circulação, paragem e estacionamento de veículos afetos à atividade de animação turística não pesados do tipo motociclos, triciclos e equiparáveis apenas pode ser efetuada com recurso a veículos classificados com emissões de poluentes nulas, nomeadamente veículos elétricos.

2 – O não cumprimento do disposto no número anterior implica a imediata caducidade da licença referente à viatura que não cumpra com o critério de emissões.

Artigo 21.º

Legislação subsidiária

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Regulamento aplica-se subsidiariamente o Código da Estrada e legislação complementar bem como o Regime Jurídico da animação turística, plasmado no Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de Maio, com as alterações vigentes.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 22.º

Interpretação e casos omissos

1 - As lacunas e dúvidas interpretativas suscitadas na aplicação do presente Regulamento são preenchidas ou resolvidas mediante despacho fundamentado do Presidente da Câmara Municipal de Nazaré.

2- As menções às unidades orgânicas constantes do presente regulamento, reportam-se, em caso de alteração da estrutura da Câmara Municipal àquelas que sucederem nas respetivas atribuições.

Artigo 23.º

Taxas

1 - As taxas previstas no presente regulamento estão consagradas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

2 – Aplicam-se até à alteração do próximo Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município da Nazaré as taxas previstas nos pontos 25.1 e 25.4, do artigo 1.º, ambas do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município da Nazaré vigente.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no seguinte após a sua publicação no Diário da República.



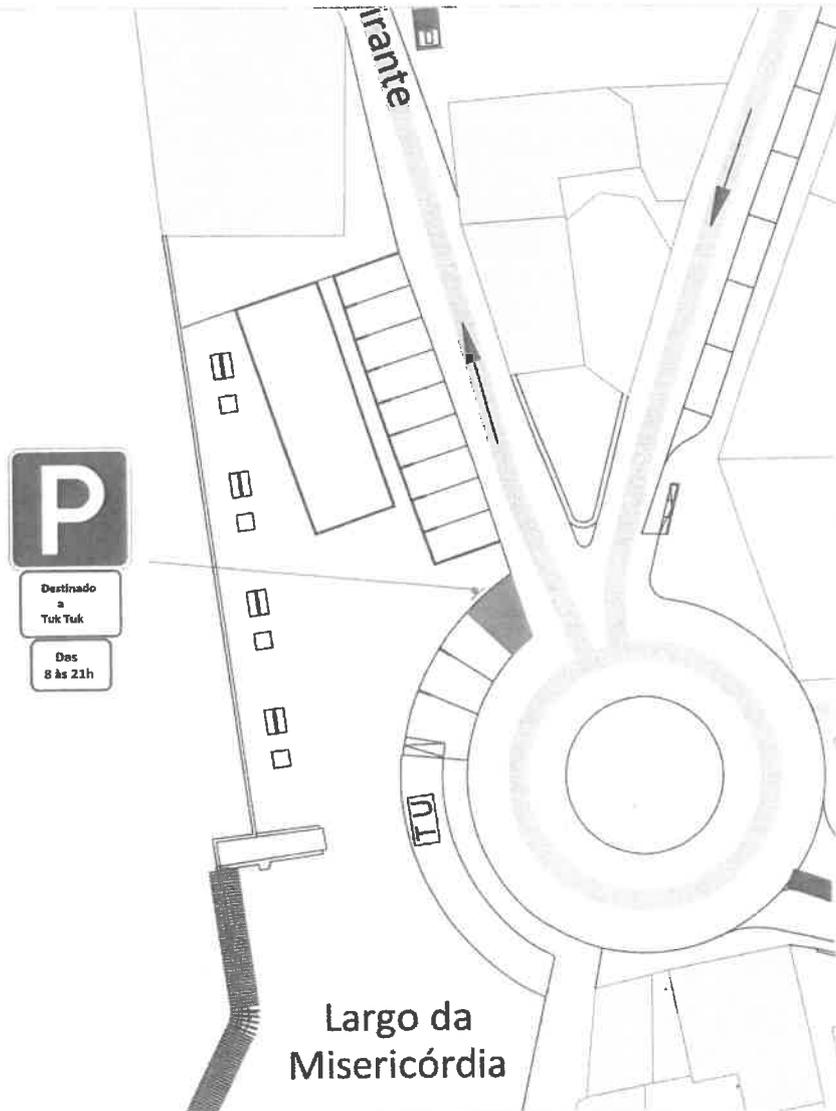
MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I

Locais de Estacionamento e de Paragem



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL



PLANO DE TRANSITO DO CONCELHO DA NAZARÉ

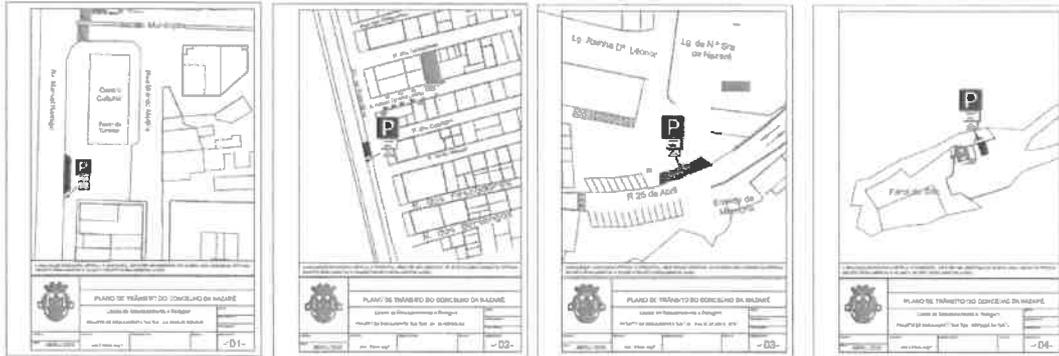
Lugar de Estacionamento a Paragori

ARRIL 2020

05-



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL





MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO II

Modelo do selo identificativo

